



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**RESUMO EXECUTIVO DA TRICENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS**

Data: 5 e 6 de dezembro de 2019

Local: Plenário do Conselho Nacional de Saúde “Omilton Visconde”, Ministério da Saúde, Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo B, 1º andar, Brasília/DF

OBJETIVOS DA 324ª REUNIÃO ORDINÁRIA:

- 1) Socializar os informes e apreciar as indicações.
- 2) Conhecer e apreciar a Proposta de Emenda à Constituição – PEC, que soma os pisos que União, Estados e Municípios têm que destinar à saúde e à educação.
- 3) Assistir os resultados do 1º Projeto de Formação para o Controle Social no SUS.
- 4) Debater e deliberar sobre o modelo de financiamento proposto para a atenção primária à saúde.
- 5) Atualizar e articular ações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP.
- 6) Analisar e deliberar as demandas da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho – CIRHRT.
- 7) Participar do lançamento do vídeo sobre a reparação dos (as) filhos (as) separados (as) de pais atingidos pela hanseníase, que foram isolados compulsoriamente no Brasil.
- 8) Conhecer e discutir os impactos causados na saúde e a dimensão do derramamento de óleo nas praias do nordeste brasileiro.
- 9) Apreciar e deliberar as demandas da Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento – COFIN.
- 10) Apresentar e apreciar questões relativas à saúde indígena, em especial a Etapa Nacional da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena e o Relatório elaborado sobre a situação do Vale do Javari.
- 11) Socializar e deliberar as demandas das Comissões Intersetoriais, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho, Coordenação de Plenárias dos Conselhos de Saúde e encaminhamentos do Pleno.

ITEM 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA 322ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 324ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

Composição da mesa: conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS; e conselheira **Vanja Andréa Reis dos Santos**, da Mesa Diretora do CNS

APROVAÇÃO DA ATA DA 322ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

Deliberação: a ata da 322ª Reunião Ordinária do CNS foi aprovada por unanimidade, sem acréscimos.

APROVAÇÃO DA PAUTA DA 324ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

Deliberação: a pauta da 324ª Reunião Ordinária do CNS foi aprovada por unanimidade.

ITEM 2 – EXPEDIENTE - Justificativa de ausências. Apresentação de Convidados (as), novos Conselheiros (as) e Coordenadores (as) de Plenária de Conselhos de Saúde. Datas representativas para a saúde no mês de dezembro. Informes. Indicações. Aprovação do Calendário das Reuniões Ordinárias do CNS

Composição da mesa: conselheira **Elaine Junger Pelaez**, da Mesa Diretora do CNS; e **Marco Aurélio**, Secretário-Executivo Adjunto

Justificativa de ausências – Gerídice Lorna Andrade de Moraes; e Shirley Marshal Diaz Morales.

Apresentação de Convidados (as), novos Conselheiros (as) e Coordenadores (as) de Plenária de Conselhos de Saúde – Nova conselheira: segmento do governo federal - Titular: **Heloisa Melo Madruga Fernandes Marinho** - Ministério da Saúde (substituindo Mayra Isabel Correia Pinheiro). **Coordenadores de Plenária: Eliane dos Santos** – Rio de Janeiro. **Itamar dos Santos** – Rio Grande do Sul.

Datas representativas para a saúde no mês de dezembro – 1º dez. - Dia Internacional de Luta contra a AIDS; 2 de dez. - Dia Pan Americana de Saúde; 3 de dez. - Dia Internacional de Pessoa com Deficiência; 5 de dez. - Dia Internacional do Voluntariado; 6 de dez. - Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres; 7 de dez. - Dia Nacional da Assistência Social; 9 de dez. - Dia do Fonoaudiólogo; 9 de dez. - Dia do Alcoólico Recuperado; 9 de dez. - Dia da Criança com Deficiência; 10 de dez. - Dia da Inclusão Social. 10 de dez. - Dia dos Direitos Humanos. 10 de dez. - Dia Internacional dos Direitos Humanos. 10 de dez. - Dia Internacional dos Povos Indígenas. 13 de dez. - Dia do Cego. 14 de dez. - Dia Nacional de Combate à Pobreza.

Inclusão: 5 de dez. – Dia Nacional da Pastoral da Criança

Registro de presença – Eliane Santos, CES/RJ; Pedro Gonçalves, CES/PA; Silvia Regina D’Almeida; Mauro Roberto Ferreira – CES/PA; Luciana Maciel de Almeida – servidor SES/DF; Kátia Magalhaes Silva – CMS/BH; Sandra Munhoz, CMS/BH; e Cristiano Nascimento, presidente do CMS/Recife.

INFORMES

1) Informes da Articulação Nacional de Luta Contra a AIDS – ANAIDS: **a)** Nota de reconhecimento e pesar pelo falecimento do ativista e companheiro Zé Hélio, do Movimento Nacional de Luta contra a Aids e membro da RNP+ Brasil – homenagem com um minuto de silêncio. **b)** Informe da ANAIDS sobre o Dezembro Vermelho, oriunda da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e Aids - RNP+ BRASIL, alertando para a ameaça que representa o atual governo federal para a Política de Aids no país e agradecimento à Assessoria de Comunicação - ASCOM do CNS pelo trabalho de comunicação visual sobre o “Dezembro Vermelho” e a luta e enfrentamento da epidemia de Aids no Brasil, demonstrando a importância para o controle social do SUS. **c)** Informe da ANAIDS, a partir de nota pública veiculada pelo Fórum de ONG Aids de São Paulo – FOAESP, sobre a campanha do 1º de dezembro do Ministério da Saúde.

Apresentação: conselheiro **Moysés Longuinho Toniolo de Souza**

2) Informe da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo – FEQUIMFAR: **a)** 25 anos das campanhas do “Projeto Verão sem Aids Valorizando a Vida”; **b)** 25 ANOS das convenções de segurança estadual de máquinas na cadeia produtiva do plástico (injetoras, sopradoras e moinhos); **c)** 25 anos do banimento do benzeno na fabricação do álcool anidro nas usinas de açúcar e álcool do Brasil; **d)** 18 anos da Convenção da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre acidentes maiores, ratificada pelo Brasil; **e)** 14 anos do Pacto da Inclusão dos Deficientes Físicos do Setor Farmacêutico; **f)** Moção da FEQUIMFAR/SP e das demais entidades sindicais do Brasil, integrantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Química – CNTQ - contra a decisão do Governo Estadual de São Paulo de extinguir a Fundação para o Remédio Popular – FURP, maior produtora pública de medicamentos no Brasil.

Apresentação: conselheiro **João Donizete Scaboli**

3) Informes da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde - ANEPS: **a)** Realização do II Congresso Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde e IV Encontro Nordestino de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, ocorrido em 14 a 17 de novembro de 2019 no campus da UFS Lagarto; **b)** Carta de Lagarto - manifesta apoio irrestrito ao SUS integral, universal e público, alerta para o adoecimento crescente da população e das instituições, aponta a importância das práticas integrativas como modelo de cuidado e reforça a necessidade de um pacto civilizatório em defesa da saúde pública e coletiva - solicitação para que o Pleno do CNS subscreva e disponibilize para ser subscrita pela sociedade; **c)** 30 anos do MOPS de Sergipe - 12 de outubro de 2019 – comemorações feitas durante o II CONGREPICS; **d)** Início das turmas do curso de aperfeiçoamento em educação popular em saúde em saúde - EDPOP SUS - escola Joaquim Venâncio/FIOCRUZ - governo de Sergipe (FUNESA) - prefeituras municipais- ANEPS/ MNU: I – Sergipe: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Poço Redondo, Canindé do São Francisco (2), Lagarto, Santa Luiza do Itanhy, Estância, Santo

Amaro das Brotas, Itabaiana, Capela e Laranjeiras; II - Maranhão; III - Rio de Janeiro; IV – Roraima; **e)** VI Encontro Nacional e I Encontro Latino Americano de Educação Popular e Saúde - Parnaíba/Piauí- 6 a 9 de fevereiro de 2020 - Universidade Federal do Piauí/campus Parnaíba- "Caminhos para a democracia, a autonomia e o bem viver"; **f)** Reunião da Comissão de Promoção, Proteção, Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - CIPPSPICS, nos dias 26 e 27 de novembro de 2019 - Pauta: Apresentação dos novos participantes, as atribuições da comissão e a formulação do Plano de trabalho para os próximos anos, a partir das propostas aprovadas na 16ª Conferência Nacional de Saúde (8+8), no 2º Congresso Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - CongrePICS e no IV Encontro Nordeste de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - PICSNE. Debatido o Relatório Anual de Gestão - RAG.

Apresentação: conselheira **Simone Maria Leite Batista**

4) Informe do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS: **a)** Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, que ocorrerá nos dias 6, 7 e 8 de dezembro de 2019, na Paraíba; **b)** 5 de dezembro - Dia Nacional de Luta em defesa do Serviço Social no INSS (importância de lutar contra a tentativa de retirar a profissão de serviço social do INSS); **c)** Conferência Nacional Democrática de Assistência Social - CNDAS, realizada nos dias 25 e 26 de novembro de 2019, no auditório da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília, atividade de resistência aos desmontes e defesa de direitos; e **d)** parlamentares aprovaram a derrubada do veto Presidencial nº 37/2019 ao Projeto de Lei (PL) nº 3.688/2000, que dispõe sobre serviços de Psicologia e de Serviço Social nas Redes Públicas de Educação Básica.

Apresentação: conselheira **Elaine Junger Pelaez**

5) Informe sobre o repúdio da Federação Brasileira de Síndrome de Down ao Projeto de Lei nº 6.159/2019, que extingue as cotas de emprego para pessoas com deficiência.

Apresentação: conselheira **Lenir Santos**

Solicitação: que o CNS apoie a luta contra o PL e a Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência - CIASPD apresente encaminhamento a respeito para ser apreciado pelo Pleno do Conselho.

INDICAÇÕES

1) Indicação para a Coordenação Adjunta da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho - CIRHRT, em substituição à conselheira Nara Monte Arruda (da UNE), do segmento dos usuários

Encaminhamento: a indicação será feita na reunião do mês de fevereiro de modo a assegurar mais tempo para debate no segmento.

2) Indicação para a Coordenação Adjunta da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, em substituição à conselheira Francisca Valda da Silva (ABEN), do segmento dos profissionais de saúde

Indicação: conselheira **Denise Torreão Correa da Silva**.

3) Indicação de nomes para compor a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, em substituição a Gilson Silva (Força Sindical), Getúlio Vargas de Moura Júnior (CONAM) e Maria Laura Carvalho Bicca (FENAS).

Dois representantes do segmento dos usuários: Gyséle Saddi Tannous; e Cleoneide Paulo Oliveira Pinheiro. Um representante do segmento dos trabalhadores: Dirceu Bartolomeu Greco.

Deliberação: as indicações foram aprovadas, em bloco, com uma abstenção.

4) Indicação de um nome para receber a Comenda Zilda Arns, conforme estabelecido na Resolução nº 601, de 8 de novembro de 2018. Sugestão da Mesa Diretora do CNS: Marielle Franco, Nelson Rodrigues dos Santos, Cacique Raoni Metuktire, Leocir Pessini e Sônia Fleury. Foi distribuído minicurriculo/histórico de cada um dos nomes sugeridos para subsidiar a indicação.

Deliberação: após votação, o Pleno do CNS elegeu o **Cacique Raoni** para receber a Comenda Zilda Arns. Considerando que a escolha ocorreu nesta reunião, será feito contato com o eleito para verificar a possibilidade de sua participação na reunião ordinária do mês de janeiro de 2020 a fim de receber a comenda.

Aprovação do Calendário das Reuniões Ordinárias do CNS para 2020, exceto o mês de janeiro (a data da primeira reunião de 2020 foi aprovada na reunião do mês de novembro de 2019, por conta do prazo exigido para emissão de passagens).

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o calendário das Reuniões Ordinárias do CNS para 2020: 325ª RO - 23 e 24 de janeiro; 326ª RO - 13 e 14 de fevereiro; 327ª RO - 19 e 20 de março; 328ª RO - 16 e 17 de abril; 329ª RO - 14 e 15 de maio; 330ª RO - 4 e 5 de junho; 331ª RO - 9 e 10 de julho; 332ª RO - 13 e 14 de agosto; 333ª RO - 10 e 11 de setembro; 334ª RO - 8 e 9 de outubro; 335ª RO - 12 e 13 de novembro; e 336ª RO - 3 e 4 de dezembro.

ITEM 3 – PROPOSTA DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO QUE SOMA OS PISOS DE RECURSOS PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO

Apresentação: **Bruno Moretti**, Economista - Assessor do Senado Federal

Coordenação: conselheiro **André Luiz Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS

Deliberação: neste ponto de pauta, foram aprovados, por unanimidade, os seguintes encaminhamentos: **a)** promover articulação, por meio da assessoria parlamentar do CNS, para garantir a participação de representante do Conselho na audiência sobre o tema, marcada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e em outras audiências que forem chamadas para debater o assunto; **b)** pautar o tema na reunião ordinária da COFIN/CNS do mês de janeiro de 2020, para aprofundamento (a Comissão apresentará proposta na reunião ordinária do CNS do mês de fevereiro); e **c)** reiterar a solicitação à COFIN que faça levantamento sobre o valor gasto com o pagamento de planos privados de saúde para servidores públicos com vistas a nortear debates do Pleno.

ITEM 4 – LANÇAMENTO DO RELATÓRIO DO 1º PROJETO DE FORMAÇÃO PARA O CONTROLE SOCIAL NO SUS

Composição da mesa: **Fernando Leles**, representante da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS/OMS; **Sueli Terezinha Goi Barrios**, Coordenadora da Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle Social do SUS – CIEPCSS; **Nara A. Peruzzo**, Diretora de Organização do Centro de Educação e Assessoramento Popular – CEAP; e conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS

Coordenação: conselheiro **Moyses Longuinho Toniolo de Souza**, da Mesa Diretora do CNS

Não houve deliberação neste ponto de pauta.

ITEM 5 – MODELO DE FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Apresentação: **Erno Harzheim**, Secretário de Atenção Primária à Saúde - SAPS/MS; **Carlos Ocke**, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; deputado **Alexandre Padilha**; e **Caroline Martins**, secretária substituta da SAPS/MS

Coordenação: conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS

Conforme acordado, as deliberações deste ponto ocorreram no último item da pauta (Comissões Intersetoriais do CNS e encaminhamentos do Pleno - Comissões Intersetoriais. Câmaras Técnicas).

Deliberação: aprovadas, em separado, as seguintes propostas: **1)** garantir a participação do CNS, bem como estimular a participação dos Conselhos Estaduais, nos seminários estaduais que serão promovidos pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, para aprofundar o debate sobre Atenção Primária (um voto contrário e nenhuma abstenção); **2)** dar continuidade ao debate deste tema, com pauta na reunião ordinária do mês de fevereiro de 2020 (um voto contrário e nenhuma abstenção); **3)** solicitar audiências públicas nos estados para tratar do tema e provocar parlamentares para proposição de novos Projetos de Decretos Legislativos a respeito do assunto (um voto contrário e nenhuma abstenção); **4)** incentivar e mobilizar as entidades para construção de instrumentos jurídicos para contraposição à Portaria nº 2.979/2019 (um voto contrário e cinco abstenções). Além disso, foram aprovadas duas recomendações, elaboradas pela Câmara Técnica de Atenção Básica do CNS - CTAB/CNS: **5)** na primeira, aprovada com dois votos contrários e duas abstenções, o CNS recomenda: **a)** ao Ministério da Saúde: que revogue Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, que institui o Programa Previne Brasil e que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; e **b)** ao Presidente da Câmara de Deputados e ao Presidente do Senado: que, nos limites das respectivas competências legais e regimentais, coloquem em regime de urgência de votação a tramitação dos Projetos de Decreto Legislativo PDL – 701/2019

(Câmara dos Deputados) e do PDL – 704/2019 (Senado Federal); e **b)** na segunda, aprovada com um voto contrário e duas abstenções, o CNS recomenda ao Conselho Nacional de Ministérios Públicos, à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e ao Tribunal de Contas da União que promovam a realização de uma investigação de inconstitucionalidade da Medida Provisória nº. 890/2019, aprovada no Senado Federal em 27 de novembro de 2019; e às Assembleias Legislativas Estaduais, Câmaras de Vereadores e Conselhos Estaduais e Municipais que realizem audiências públicas sobre o tema, com a finalidade de avaliar os impactos da medida provisória aprovada associada aos prejuízos já causados pela publicação da Portaria MS 2.979/2019.

ITEM 6 – COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP

Apresentação: conselheiro **Jorge Alves de Almeida Venâncio**; e conselheira **Francisca Valda da Silva**

Coordenação: conselheira **Vanja Andréa Reis dos Santos**, da Mesa Diretora do CNS

Deliberação: neste ponto de pauta, o Pleno aprovou, por unanimidade, as seguintes propostas: **a)** aprofundar, no âmbito da CONEP, o debate sobre a metodologia sugerida para as reuniões da Comissão (virtual, além de presencial); e **b)** delegar à Mesa Diretora do CNS que encaminhe uma reunião com o Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde - SCTIE sobre a metodologia sugerida para as reuniões da CONEP/CNS.

ITEM 7 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE RECURSOS HUMANOS E RELAÇÕES DE TRABALHO – CIRHRT

Apresentação: conselheira **Manuelle Maria Marques Matias**, da CIRHRT/CNS

Coordenação: conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS

Deliberação: neste ponto de pauta, foram aprovados, por unanimidade os cinco pareceres elaborados pela CIRHRT (dois insatisfatórios, dois satisfatórios e um satisfatório com recomendações); e aprovado o calendário de reuniões da CIRHRT para 2020 (provável que seja necessário rever a data da reunião de julho por conta da realização da 6ª CNSI). Foi sugerido ainda que a Comissão faça um levantamento dos Estados que possuem comissões intersetoriais de recursos humanos e relações de trabalho para apresentação na próxima reunião do CNS.

ITEM 8 – LANÇAMENTO DO VÍDEO “REPARAÇÃO AOS FILHOS SEPARADOS DE PAIS ATINGIDOS PELA HANSENÍASE NO BRASIL”

Apresentação: **Gabriel Faria Oliveira**, Defensor Público-Geral Federal; **Rosa Maria**, representante de filhos separados de pais atingidos pela hanseníase; e **Paulo**, representante de filhos separados de pais atingidos pela hanseníase

Coordenação: conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS

Deliberação: neste ponto de pauta, o Pleno decidiu: **1)** solicitar audiência pública atrelada ao Projeto que trata do tema, com reprodução do vídeo durante essa atividade e participação dos representantes de filhos separados de pais atingidos pela hanseníase, Paulo e Rosa Maria, a fim sensibilizar os parlamentares para a causa; **2)** marcar posição do CNS sobre a importância de finalizar a Ação Civil Pública, que tramita em São Luís/Maranhão, desde 2015, de caráter coletivo, sobre a matéria; e **3)** disponibilizar o vídeo “Reparação aos filhos separados de pais atingidos pela hanseníase no Brasil” nas redes sociais do CNS.

ITEM 9 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO – COFIN

Apresentação: **Francisco Funcia**, assessor técnico da COFIN/CNS

Coordenação: conselheiro **André Luiz Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS

Deliberação: neste ponto de pauta, o Pleno decidiu, com uma abstenção, elaborar recomendação com vistas ao fortalecimento do orçamento da saúde, evitando a retirada de recursos dessa área para outros fins, tendo por subsídio o debate deste ponto de pauta. Além disso, aprovou o calendário de reuniões da COFIN para 2020.

ITEM 10 – IMPACTOS NA SAÚDE CAUSADOS PELO VAZAMENTO DE ÓLEO NO MAR

Apresentação: **Jorge Machado**, representante da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ; **Elionice Conceição Sacramento** – Pescadora, Quilombola de Conceição de Salinas (BA) e Mestra em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais pela Universidade de Brasília – UNB; e **Thais Araújo Cavendish**, Coordenadora Geral de Vigilância em Saúde Mental/DSASTE/MS

Coordenação: conselheira **Priscilla Viégas Barreto de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS

Deliberação: neste ponto de pauta, foram aprovadas as seguintes propostas: **1)** solicitar informações a respeito dos planos de trabalho e estudos sobre o impacto socioambiental da tragédia e como se dará o acompanhamento permanente de comunidades e territórios afetados aos seguintes órgãos: Ministério da Saúde; Ministério da Cidadania; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Meio Ambiente (estabelecer prazo para retorno à solicitação); **2)** solicitar à Secretaria de Atenção Primária à Saúde-SAPS/MS informações sobre orientação para registro/notificação/acompanhamento nos territórios afetados pelo vazamento; **3)** elaborar recomendação direcionada ao Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União sobre a responsabilização do Estado brasileiro acerca desse tipo de tragédia-crime (responsável: Comissão Intersectorial de Vigilância em Saúde – CIVS/CNS); **4)** elaborar recomendação aos conselhos estaduais de saúde e às entidades nacionais visando mobilização para acompanhamento desse tema na ótica da segurança alimentar (responsável: Comissão Intersectorial de Alimentação e Nutrição – CIAN/CNS); **5)** promover articulação das comissões do CNS para acompanhamento dessa pauta (tema permanente de todas as comissões do Conselho); **6)** fazer um vídeo com a fala da **Elionice Conceição Sacramento** nessa mesa para ser levado ao comitê de

emergência do Ministério da Saúde que trata da situação, à Fiocruz e às entidades e movimentos sociais a fim de promover maior sensibilização para o ocorrido e suas consequências; **7)** aprofundar o debate desse tema no mês de fevereiro de 2020 (definir como principal ponto da pauta, destinando um período da reunião), com convite a várias representações (Marinha, comunidades afetadas, ministérios envolvidos, entre outros); **8)** aprovar instrumento a ser encaminhamento a veículos de comunicação e ao Parlamento para dar ampla visibilidade ao que está ocorrendo; **9)** aprovar recomendação do CNS solicitando que o Ministério da Saúde volte a compor o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA; e **h)** apreciar, no último ponto de pauta, a recomendação elaborada pela CIVS/CNS sobre o tema (o texto seria reformulado diante das falas neste ponto de pauta).

ITEM 11 – SAÚDE INDÍGENA – 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena. Relatório sobre a atual situação da saúde no Vale do Javari

Apresentação: **Silvia Waiãpi**, Secretária Especial de Saúde Indígena – SESAI/MS; e conselheiro **Valdenir França**

Coordenação: conselheira **Priscilla Viégas Barreto de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS

6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena – 6ª CNSI

Apresentação: **Silvia Waiãpi**, Secretária da SESAI/MS

Deliberação: aprovada, com uma abstenção, nova data para a realização da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, no período de 1º a 4 de julho de 2020. Será necessário elaborar resolução do CNS com essa nova data aprovada.

Relatório sobre a atual situação da saúde no Vale do Javari

Apresentação: conselheiro **Valdenir França**

Deliberação: neste ponto de pauta, o Pleno decidiu delegar à coordenação da CISI/CNS a elaboração de minuta recomendação sobre a desresponsabilização do Estado em relação à saúde indígena, principalmente no que diz respeito às políticas de proteção; e solicitar à SESAI que envie ao CNS informações sobre denúncias de má-gestão de recursos públicos para a saúde indígena.

ITEM 12 – COMISSÕES INTERSETORIAIS DO CNS E ENCAMINHAMENTOS DO PLENO - Comissões Intersectoriais. Câmaras Técnicas. Coordenação Nacional de Plenárias de Conselhos de Saúde.

Composição da mesa: conselheira **Vanja Andréa Reis dos Santos**, da Mesa Diretora do CNS; e conselheira **Priscilla Viégas Barreto de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS

1) Minuta de moção de apoio. No documento, o CNS vem a público manifestar apoio ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, órgão que tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos, bem como reforçar a defesa da necessária independência desse espaço para o efetivo desempenho de suas funções institucionais.

Deliberação: a minuta de moção de apoio foi aprovada com um voto contrário.

2) Minuta de moção de repúdio. No documento, o CNS vem a público manifestar repúdio à atuação violenta de extermínio da população negra e periférica no Brasil, a exemplo do que ocorreu em Paraisópolis, promovida pelas forças policiais do Estado.

Deliberação: a minuta de moção de apoio foi aprovada com uma abstenção.

3) Minuta de Moção de repúdio. No documento, o CNS vem a público externar repúdio à PEC 188/2019 que propõe a alteração do Art. 208 e do Art. 212 da Constituição Federal de 1988, sem que haja a definição de outra fonte de recursos para a manutenção ou ampliação do atual orçamento de R\$ 4,15 bilhões do Programa Nacional de Alimentação Escolar, tendo em vista que esse é um dos principais programas de garantia do direito à alimentação conferido pela Constituição Federal de 1988 à população brasileira.

Deliberação: a minuta de moção de apoio foi aprovada com uma abstenção.

4) Minuta de recomendação. No documento, o CNS recomenda ao Congresso Nacional: 1. A aprovação da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos, Projeto de Lei nº 6.670/2016; e 2. A rejeição do Projeto de Lei nº 6.299/2002, conhecido como “Pacote do Veneno” em virtude dos altos riscos à saúde pública que a ampliação do uso de agrotóxicos representa.

Deliberação: a recomendação foi aprovada com um voto contrário e uma abstenção.

5) Minuta de recomendação. No documento, o CNS recomenda ao Ministério da Saúde que empreenda investimentos na produção pública de vacinas como a Pentavalente, garantindo autonomia e regularidade de fornecimento nacional.

Deliberação: a recomendação foi aprovada com uma abstenção.

6) Minuta de recomendação. No documento, o CNS recomenda ao Ministério da Saúde e à Procuradoria Geral da República a imediata recriação da Câmara Técnica de Orientação e Avaliação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - CT-SIOPS, de caráter técnico e consultivo, com os objetivos originais de sua criação em 2000 e com a mesma composição (representantes de outros ministérios, de órgãos do Ministério da Saúde e de instituições da sociedade civil), conforme estrutura vigente no momento de sua extinção em 28 de junho de 2019.

Deliberação: a minuta de recomendação foi aprovada com duas abstenções.

7) Minuta de recomendação. No documento, o CNS recomenda ao Presidente do Congresso Nacional: 1) A devolução da importância de R\$ 500 milhões para a programação orçamentária do Fundo Nacional de Saúde de 2020, que foi retirado para aumentar a programação do Fundo Eleitoral; 2) A retirada integral das condicionalidades das programações orçamentárias vinculadas à saúde em diferentes órgãos que estão condicionadas à autorização posterior do

Congresso Nacional para emissão de títulos da dívida pública para o financiamento das despesas correntes que resultarão em aumento da dívida pública; e 3) Que envide esforços para debater com os deputados federais e senadores para avaliar o Projeto de Lei Orçamentária 2020, de modo a identificar os órgãos orçamentários do Poder Executivo e de quais programações serão retirados recursos para aumentar as programações da Função 10 (Saúde) na área de atenção primária.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.

8) Minuta de recomendação. No documento, o CNS recomenda à Presidência da República e ao Ministério do Meio Ambiente que inclua o Ministério da Saúde no Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, em cumprimento da lei vigente e em atenção à missão institucional do Ministério da Saúde.

Deliberação: a recomendação foi aprovada com um voto contrário.

9) Minuta de recomendação decorrente do item 10 (impactos na saúde causados pelo vazamento de óleo no mar)

Deliberação: o Pleno decidiu aprovar, com uma abstenção, o mérito da minuta de recomendação, com acréscimos ao texto, dada a urgência do tema.

O texto final foi concluído após a reunião do Pleno do CNS, considerando as sugestões apresentadas. No documento, o CNS recomenda: Ao Ministério da Saúde, articulado com Estados e Municípios atingidos: 1. Que sejam intensificadas as ações de vigilância em saúde nas regiões afetadas a partir da delimitação e enfrentamento dos riscos socioambientais e sanitários, com a participação das populações expostas; 2. Que sejam implementadas as ações de vigilância, atenção e promoção de saúde do trabalhador e trabalhadora, bem como que a organização do plano de resposta, reabilitação e recuperação inclua diretamente os trabalhadores atingidos, especialmente aqueles oriundos de comunidades quilombolas e extrativistas; 3. Que seja estabelecido o cadastramento das populações expostas nas localidades afetadas, incluindo os trabalhadores e voluntários envolvidos na limpeza das praias, estabelecendo uma linha de base para que seja dado acompanhamento a médio e longo prazo dos impactos na saúde, incluindo os efeitos sobre a saúde mental; 4. Que a Vigilância Sanitária implemente as ações necessárias para o monitoramento regular e estimativa de riscos decorrentes da ingestão e consumo de pescados e frutos do mar nas regiões atingidas direta e indiretamente pelo petróleo cru; 5. Que seja estabelecido protocolo de atendimento para populações expostas com notificação obrigatória via Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) para os casos suspeitos e/ou confirmados de contaminação por petróleo cru; 6. Que seja implementado um processo de qualificação da Atenção Básica e Estratégia Saúde da Família para identificação de sinais e sintomas de contaminação por petróleo cru, em articulação com a Vigilância em Saúde para o monitoramento, diagnósticos e cuidados em saúde; 7. Que sejam garantidas as condições para que os serviços de saúde deem as respostas adequadas aos problemas de saúde decorrentes da exposição à que a população está sujeita, incluídos os relacionados a saúde mental e atenção psicossocial para as comunidades diretamente afetadas, com provisionamento de recursos humanos e materiais, além de treinamento protocolar para todas as esferas de atenção implicadas no cuidado das populações expostas; 8. Que sejam fomentadas pesquisas

científicas, desenhadas com a participação efetiva das populações quilombolas e extrativistas, sobre os impactos da exposição ao petróleo na saúde e no meio ambiente, a médio e a longo prazos; 9. Que sejam estabelecidos mecanismos de governança e gestão compartilhada entre governos municipais, estaduais e federal, instituições de Ciência e Tecnologia e populações expostas, para acompanhar os diagnósticos e estudos sobre os impactos do derramamento de petróleo cru sobre a saúde das populações e ecossistemas em curto, médio e longo prazos; e 10. Que seja criado um programa emergencial de apoio às ações do SUS nos estados e municípios atingidos, especialmente a partir de processos formativos para vigilância sanitária, epidemiológica, em saúde ambiental e saúde do trabalhador e da trabalhadora, em articulação com a Atenção Básica e Rede de Laboratórios. Ao Ministério do Meio Ambiente: 1. Que sejam monitorados os impactos ambientais do petróleo cru nas regiões atingidas, com divulgação regular (semanal e mensal) dos resultados sobre os níveis de contaminação das águas, peixes e animais marinhos, bem como sobre os efeitos nos ecossistemas marinhos e costeiros. À Petrobrás: 1. Que sejam implementadas as ações de monitoramento do decaimento da contaminação ambiental com ampla e contínua divulgação das informações geradas. Ao Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União: 1. Que promovam ações pertinentes à responsabilização do governo federal acerca da tragédia crime, uma vez que o PNC (Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo) não foi acionado a tempo. Ao Ministério da Economia: 1. Que sejam tomadas, urgentemente, as medidas de reparação financeira às comunidades quilombolas e extrativistas que dependem da pesca para sobreviver e perderam seu sustento em consequência do derramamento de petróleo.